

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O PLANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS EM UMA ESCOLA KAINGANG

THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT AND THE SCIENCE TEACHING PLAN IN A KAINGANG SCHOOL

EL PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO Y EL PLAN DE ESTUDIOS DE CIENCIAS EN UNA ESCUELA KAINGANG

André Boccasius Siqueira*

aboccasius@yahoo.com.br, andre.siqueira@ufrgs.br

Fernanda Oliveira Lima**

química.fernandalima@gmail.com

Jessé Renan Scapini Sobczak***

jesserenan@yahoo.com.br

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: SIQUEIRA, A. B.; LIMA, F. O.; SOBCZAK, J. R. S.

O projeto político-pedagógico e o plano de ensino de ciências em uma escola Kaingang. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 17, n. 34, p. 222-233, jan/abr.2015.

RESUMO: A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jete Tehn Ribeiro localiza-se em Tenente Portela, na Terra Indígena Guarita, Km 10, Rodovia RS 330. Observou-se o Projeto Político-Pedagógico e o Plano de Ensino de Ciências dos anos finais. A escola almeja uma educação voltada ao aluno indígena, que valorize o conjunto de experiências oriundas de seu grupo familiar, os conhecimentos culturais e as relações que ele faz com o meio. Com o estudo bibliográfico acerca do assunto, verificou-se que no Plano de Ensino não constam conteúdos curriculares propriamente indígenas conforme consta no Projeto Político-Pedagógico. Dentre algumas legislações em âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) – Lei nº 9.394/96 reconhecem aos indígenas o direito à diferença cultural através da criação de capítulos específicos e elegem a pluralidade cultural como um tema transversal.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Indígena. Interculturalidade. Kaingang.

ABSTRACT: The Indigenous Elementary School Gomercindo Jete Tehn Ribeiro is located in Tenente Portela, in the Guarita Indigenous Territory, Km 10, Highway RS 330. It was observed the Pedagogical Policy Plan and the Teaching of Science Plan the final years. The school craves an education focused on indigenous student who values the set of experiences derived from their family group, cultural knowledge and the relations that he does with the environment. With the bibliographic study on the subject, it was found that the Education

Plan are not listed properly indigenous curricular contents according to part of the Pedagogical Policy Project. Among some legislation at the national level, the Federal/1988 Constitution, the Law of Guidelines and Bases of Education/1996 recognizes to the indigenous right to cultural difference through the creation of specific chapters and they elect cultural plurality as a cross-cutting theme.

KEYWORDS: Indigenous School. Interculturality. Kaingang.

RESUMEN: La escuela estadual indígena de la enseñanza primaria Gomercindo Jete Tehn Ribeiro ubicada en Tenente Portela, en la tierra indígena guarita, km 10, autovía RS 330. Se observó el proyecto político pedagógico y el plan de estudios de ciencias de los años finales. La escuela desea una educación que contempla el alumno indígena, que valore el conjunto de experiencias oriundas de su grupo familiar, los conocimientos culturales y las relaciones que él hace con el medio. Con el estudio bibliográfico acerca del asunto, se verificó que en el plan de estudios no consta los contenidos curriculares propriamente indígenas según consta en el proyecto político pedagógico. Entre algunas legislaciones en ámbito nacional, la Constitución Federal de 1988, la ley de Directrices y Bases de la Educación (LdBen) – ley n 9.394/96 reconoce a los indígenas el derecho a la diferencia cultural a través de la creación de capítulos específicos y eligen la pluralidad cultural como un tema transversal.

PALABRAS CLAVE: Escuela indígena. Interculturalidad. Kaingang.

* Graduado em Ciências, Habilitação em Biologia, Mestre em Educação Básica e Doutor em Educação/UNISINOS. Professor Adjunto do Curso de Educação do Campo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Litoral Norte. Membro do Grupo de Pesquisa ANPAP-EA/UNISUL/CNPq. Orientador e coordenador do projeto.

** Graduada em Química/UNIJUÍ, Mestre e Doutora em Química/UFMS. Professora Adjunta da Universidade Federal Fronteira Sul, campus Cerro Largo/RS. Coorientadora do projeto.

*** Graduado em Ciências Biológicas/Universidade Santa Úrsula; Mestre em Ecologia/URI, Campus Erechim. Doutorando em Sistemas Costeiros e Oceânicos/UFPR. Docente no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Tocantins/IFTO. Coorientador do projeto.

¹ Na qualidade de bolsistas do projeto, participam os acadêmicos: Tais Agnoletto Balzan – Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul, Campus Palmeira das Missões. *E-mail:* taisbalzan@yahoo.com.br. Patrícia Hagemann – Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul, Campus Palmeira das Missões/RS. *E-mail:* patriciahagemann@hotmail.com.

² Nesta localidade, há três aldeias: a Pedra Lisa, o Três Soitas e o Km 10, com aproximadamente 23.406,87 hectares. Há poucos registros desta última, que é nosso foco de estudos. Cada uma delas possui sua instituição escolar. Todas elas oferecem o ensino fundamental completo.

INTRODUÇÃO

“A atuação da escola produz interferências diretas na vida das comunidades. Daí a necessidade de serem trabalhadas questões específicas da realidade atual e cultural de cada povo. E, atualmente, a sustentabilidade das comunidades indígenas requer, da educação escolar, um espaço de relevância para análise da realidade”.

(Maria Inês de Freitas, Educação de Jovens e Adultos: Subsídios para construção de curso de técnicas agrícolas Kaingang).

Com o excerto acima, inicia-se a reflexão no presente texto, o qual é uma fração de um projeto maior em que o grupo objetiva “investigar sobre os saberes dos estudantes indígenas e o modo como estes adentram na instituição escolar”. Como primeiro contato com a escola, verificou-se o Plano Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Ensino (PE) da disciplina de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental.¹

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jete Tenh Ribeiro localiza-se no município de Tenente Portela, na Aldeia Km 10, no interior da Terra Indígena (TI) Guarita², no Km 10, da Rodovia RS 330, na região noroeste do Rio Grande do Sul (RS). Pertence a 21^a Coordenadoria Regional de Educação (CRE), com sede no município de Três Passos (Figura 1). A escola oferece ao grupo Kaingang a Educação Infantil e o Ensino Fundamental completo (de nove anos). Para seguirem seus estudos formais e cursarem o Ensino Médio, os jovens e os adultos precisam deslocar-se ao centro ou sede das cidades de Tenente Portela ou Redentora e ingressar nas escolas ditas regulares, não para indígenas. Dito de outro modo, os estudantes ingressam nas redes de educação e tais instituições não lhes oferecem uma comunicação bilíngue.



Figura 1 – Localização do município

Fonte: Portal Kaingang (2015)

Em todo o território do Rio Grande do Sul, segundo Freitas (2010 p. 51), não há escolas que ofereçam o “ensino médio em TI’s”. Assim, há uma interrupção em tais estudos, simplesmente pela falta de outro espaço para registro gráfico ou estudo da língua da comunidade. É fonte desta reflexão, portanto, o PPP e o PE da disciplina de Ciências Naturais, dos anos finais da referida instituição escolar.

Acerca da comunidade onde está inserida a instituição escolar, é representada pela população Kaingang que, somente no Rio Grande do Sul, segundo Luckmann (2011), é estimada em 23.924 pessoas. A Reserva Indígena da Guarita está localizada na região noroeste do estado e compreende 23.406,87 hectares de área, com cobertura de mata primária de 51,18%, mata secundária 20,52%, capoeira 18,17%, uso agrícola 8,59% e solo exposto 1,54%, com diferentes modos de utilização de cada um dos espaços pela comunidade indígena (RIBEIRO, 2010).

As Terras Indígenas são divididas em 13 setores, que abrangem os municípios de Redentora e Tenente Portela, onde residem 7.500 pessoas consideradas indígenas. É a maior área Kaingang em extensão do estado do Rio Grande do Sul e a mais populosa do país e também abriga 50 famílias de índios Guaranis. A demarcação do território de Guarita ocorreu em 1918, e diferentemente de diversas reservas indígenas deste estado e de Santa Catarina, Guarita não teve a sua área reduzida após a demarcação. No entanto, em cumprimento ao disposto da Constituição Federal de 1988, a área de Guarita foi homologada pelo Presidente da República somente no ano de 1991 (RIBEIRO, 2010). O que se observa é uma distância bastante considerável de tempo entre a demarcação e a homologação das Terras Indígenas

A Escola Indígena Gomercindo Jete Tenh Ribeiro chegou à aldeia no ano de 1958 como Escola Normal Indígena, formadora de professores Kaingang bilíngues. Em 1977 passou a ser chamada de Centro de Treinamento e em 1980 ganhou o nome de Gomercindo Jete Tenh Ribeiro, atendendo crianças indígenas do pré-escolar à 4ª série. Atualmente, promove a educação infantil (uma turma) e o ensino fundamental completo (13 turmas de 1º ao 9º ano). Desenvolvem suas atividades laborais, na referida instituição, nove professores não indígenas (destes, quatro atuam na direção da escola) e 13 professores indígenas, sendo cinco como funcionários da escola. No ano de 2014, a escola contou com 237 alunos matriculados.

Na próxima seção, serão apresentados os referidos documentos e a reflexão que o grupo de autores vem promovendo.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA GOMERCINDO JETE TENH RIBEIRO

“[...] para que a escola seja palco de inovação e investigação e torne-se autônoma, é

fundamental a opção por um referencial teórico-metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação”.

(Ilma Passos Alencastro Veiga, Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico)

Antes de se falar do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição em foco, faz-se necessário compreender do que se trata tal documento. Na acepção de Veiga (2011, p. 15), tal documento “[...] não visa simplesmente a um rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido”. Em outros termos, é um processo vivenciado pela equipe gestora em conjunto com a comunidade escolar. Este documento garante o funcionamento da instituição escolar, desde as ações mais simples até as mais complexas, uma vez que se registram as opiniões dos segmentos envolvidos em sua preparação, montagem e discussão para, então, redigir um texto final. No entanto ele não é engessado; assim, é pertinente que seja constantemente revisado e atualizado. Tal dinâmica de trabalho e documento final retratam, como assevera a autora, a “[...] organização da sociedade” em que vivemos, pois direta e indiretamente a organização da sociedade está presente também no espaço escolar (VEIGA, 2011, p. 16).

A escola é, perante a sociedade, uma “instituição social” que garante, indissociavelmente, as “contradições dessa sociedade”. Dito de outro modo, por mais que se tente criar um documento neutro e sem direções ideológicas, estamos inseridos em uma dinâmica social da qual não conseguimos nos isentar epistemologicamente, porque nossas falas, nossos gestos, nossas formas de nos expressarmos, escrevermos e falarmos são próprias do indivíduo, mas também do coletivo. Esse conjunto constitui a sociedade pluri e multicultural que possuímos e contribuímos em sua construção e consolidação. E como o PPP está relacionado à nossa cultura, aos nossos costumes, às nossas tradições, as especificidades da comunidade escolar são refletidas no texto final; e somam os anseios e as expectativas da comunidade traduzidos em tal documento. Percebe-se, então, o que a sociedade ou comunidade escolar almeja e mira para seu porvir.

O PPP determina que a escola desenvolva uma “gestão democrática”, pois é de se esperar que os trabalhos de criação de tal documento promovam o rompimento com as estruturas de poder,. Espera-se que cada segmento representante, para sua confecção, tenha uma representação e respeite as especificidades de cada um deles, que não haja hierarquia de importância, que todos ouçam a todos e cheguem ao melhor para a coletividade, sempre primando pela educação de crianças, jovens e adultos da comunidade escolar (VEIGA, 2011, p. 18). Acredita-se que a gestão democrática não deva estar presente na escola apenas no

período que antecede e que é confeccionado o referido documento, contudo, em todos os momentos após finalizar o texto do PPP.

Apesar das ideias expostas anteriormente, as escolas indígenas possuem uma relativa autonomia na criação/construção de seu PPP, pois este precisa estar em consonância com os governos estadual ou municipal, conforme a mantenedora da instituição. No caso da instituição analisada, ela segue a rede estadual do Rio Grande do Sul.

No entender de Freitas (2010, p. 52), são muitos os desafios na escola Kaingang; porém, o principal deles nas escolas indígenas “[...] é estabelecer o referencial conceitual do que é específico e diferenciado e implementar práticas pedagógicas que evidenciem as questões culturais”. Questiona-se: o que realmente ensinar na escola aos estudantes indígenas? É um desafio aos docentes, uma vez que lhes é pertinente seguir um regime de seriação engessada, como é o currículo escolar da rede estadual do Rio Grande do Sul, ou seguir a escola de outro modo, mais voltado ao modo de aprender da comunidade escolar. É uma questão desafiadora.

Freitas (2010, p. 52) acrescenta que “[...] um dos pontos mais polêmicos refere-se à língua indígena, à qual é dado um espaço em média, nas escolas indígenas, de duas ou três horas semanais, sendo o objetivo da escolarização [...] aprender a ler e escrever em Kaingang”. Contudo, com pouquíssimas horas semanais, a criança e o jovem não conseguem assimilar o que a escola se propõe. Há que se rever a necessidade da ampliação dessa área do conhecimento. Acrescenta-se que, para corroborar com a desculturação das comunidades indígenas, as aulas são ministradas em português. Tal fato exclui o idioma específico da comunidade ou pelo menos o coloca em segundo plano, transformando a escola em um espaço para discriminar as especificidades locais e, sobretudo, o sistema cultural de comunicação entre os membros mais velhos e mais novos da comunidade.

Além disso, tais escolas seguem, na maioria das vezes, o calendário da Secretaria de Educação a que estão subordinados. No caso específico da escola do Km 10, da Terra Indígena Guarita, a rede estadual. O regime e as comemorações das datas ditas importantes ou por lei ou por “sugestões” são impostos por tal secretaria e cumpridos conforme a cartilha que o governo estadual distribui para as instituições seguirem.

A filosofia da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jete Tehn Ribeiro está inscrita na primeira página do Projeto Político Pedagógico³ e versa do seguinte modo: “valorizar a identidade cultural proporcionando interações múltiplas, mantendo suas tradições e resgatando a história construída através dos tempos” (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p.1). Percebe-se que o grupo que confeccionou o documento retratou a efervescência cultural do espaço escolar, a multiculturalidade e a história da comunidade do Km 10, do espaço denominado TI Guarita.

³ Trata-se de um documento em processo de revisão. A escola está revendo algumas das suas diretrizes operacionais, tais como a metodologia educacional e a utilização do idioma kaingang, sobretudo nos anos iniciais. Os professores não indígenas estão sendo substituídos paulatinamente por indígenas da mesma etnia.

Na sequência do documento (PPP), encontra-se o “Marco Situacional” da escola, o qual ressalva que: “[...] a sociedade indígena se encontra em um momento de transição, uma vez que sua cultura foi se perdendo nos últimos anos, devido a fatores como, por exemplo, a convivência com o branco dentro e fora da aldeia e perda da identidade linguística” (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p.2). Para resgatar tal cultura, faz-se necessário valorizar o que as pessoas com mais idade nos têm a dizer. Dito de outro modo, valorizando os saberes das anciãs e dos anciãos, é possível ter uma ideia de como os ancestrais viviam e, não significa voltar a morar com deficiência de conforto (sob o ponto de vista de uma pessoa urbana), mas cultivar a cultura da comunidade em que estão inseridos. Seguir as tradições religiosas, os mitos, a confecção de artesanato. Rememorar as histórias contadas pelos antepassados, a época de plantio, de colheita, os modos de caçar, de pescar, de apreciar e compreender os fenômenos da natureza, de conversar consigo mesmo em contato diretamente com o ambiente natural. Enfim, situações que o ser humano que está distante do ambiente natural já perdeu. Inclusive muitas pessoas de origem indígena migraram para as sedes dos municípios do entorno da referida reserva indígena ou mesmo para o interior da reserva, convivendo com o problema do consumismo e abandonando de seu modo de viver para vivenciar a cultura dos não indígenas. O convívio com outras culturas trouxe consequências irreversíveis, uma vez que se incorporaram saberes não pertencentes àquela comunidade, mas que com o contato são adicionados aos já existentes.

Em seguida, no mesmo documento, ou seja, no PPP, item denominado “Marco Operativo”, a escola sonha com uma “[...] educação voltada ao aluno indígena, que valorize o conjunto de experiências oriundas de seu grupo familiar, os conhecimentos culturais e as relações que ele faz com o meio” (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p.3). Tal sonho está relacionado ao modo de vida da comunidade escolar, isto é, à valorização de sua família e de seu espaço territorial, terras que foram de seus antepassados. As tradições locais são trabalhadas na instituição escolar, que passa a ser mais um espaço cultural localizado em suas terras, a fim de que a criança e o jovem sintam prazer de estar no espaço, e sintam vontade de aprender não somente os conhecimentos gerais da cultura não indígena mas também os conhecimentos de seu idioma, no caso específico o Kaingang, em uma troca de saberes constante nas atividades escolares.

Existe a necessidade de construir um currículo diferenciado, pois haverá “[...] espaço para uma linguagem falada e escrita na língua Kaingang, em que os alunos terão oportunidade de ampliar seus conhecimentos linguísticos e preservarem os seus costumes” (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p.3). Em outros termos, nesta instituição escolar, está presente a necessidade de preservar a cultura da comunidade Kaingang por meio de sua linguagem, tanto falada, quanto escrita.

O PPP ainda mostra a preocupação com a metodologia de ensino-aprendizagem, que deverá ser desenvolvida com o intuito de valorizar os modos de vida e aptidões dos estudantes, bem como criativa e dinâmica, com jogos e brincadeiras, a fim de conduzir o aluno a participar ativamente dos encontros, tanto com ações, quanto com sua opinião acerca do que está sendo estudando vivenciado (RIO GRANDE DO SUL, 2007).

É necessário que o currículo escolar, segundo o documento, atenda “às características dos alunos”, considerando, portanto, “os interesses, as necessidades, as habilidades e as dificuldades” de cada um e também da coletividade (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p.4). Isso está relacionado com a valorização do ser humano que compartilha seu tempo diário no espaço escolar. Certamente, todos estamos no espaço escolar para aprender e ensinar.

Claudino (2010, p. 63) alerta que “[...] a educação indígena engloba processos de ensinar e aprender” constantemente. A cada dia, no espaço escolar, ampliamos nossos conhecimentos no convívio com estudantes, docentes e funcionários. A prática comunitária promove a ampliação de nossas relações e há um crescimento pessoal, pois aprendemos a respeitar a opinião do outro e a esperar a nossa vez de nos pronunciarmos em um grupo, entre outros aspectos. Quando expomos nossas ideias ao grande grupo, surge a sensação de pertencermos ao grupo.

O PPP da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomerindo Jete Tehn Ribeiro (RIO GRANDE DO SUL, 2007) também lista objetivos a serem alcançados pelo grupo docente, por funcionários, discentes da escola e comunidade escolar que visam ao desenvolvimento do estudante em todos os aspectos, tanto cognitivo quanto emocional:

1. Pesquisar para conhecer os valores da cultura Kaingang, difundi-los e incorporá-los a suas vivências. (p. 5).
2. Reavaliar periodicamente as atividades curriculares a fim de aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem. (p. 6).
3. Motivar os pais para que integrem nas metas traçadas no projeto pedagógico e sejam partícipes, comprometidos com a educação. (p. 7).
4. Tornar a escola um espaço organizado, estimulante e acolhedor, que possibilite o desenvolvimento das diferentes potencialidades do aluno. (p. 7).
5. Complementar a prática pedagógica com a utilização de recursos didáticos, promover a recreação e desenvolver a motricidade dos alunos. (p. 7-8).

A avaliação, segundo consta no PPP (RIO GRANDE DO SUL, 2007), é emancipatória, e visa a avaliar tanto os professores quanto aos alunos a fim de que haja a mudança de atitudes consideradas pela comunidade como inadequadas. Ela é considerada como processo, isto é, realizada em todos os momentos da aprendizagem e pronunciada

através de “parecer descritivo” (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 9).

Na sequência do referido PPP, há um enunciado denominado “Valores da Cultura Kaingang” e, para tal, no primeiro parágrafo é destacado o seguinte: “Características diferenciadas de cada povo. Ex.: rituais, marcas tribais, ervas medicinais, casamento, alimentação, retomada dos valores culturais (história e lenda)” (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 9). Após esse conceito, há alguns termos em Kaingang importantes para defini-los.

No final, há a apresentação de alguns “Termos Kaingang para se pensar a Educação”, por exemplo, “*Venh Kanhrãn*”, que significa “ensinar em todas as áreas do conhecimento”, entre outros. (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 10-11).

PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

“O conhecimento é distribuído entre os atores sociais segundo princípios sociais e culturais particulares de cada grupo”.

(Esther Jean Matteson Langdon, Medicina tradicional: reflexões antropológicas sobre atenção diferenciada).

O Plano de Ensino (PE) é um documento escolar que serve como instrumento de planejamento do docente frente a uma turma de estudantes ávidos por conhecimentos novos e aprofundados. Cada disciplina possui o seu e este direciona as atividades escolares. Está expresso o conteúdo específico que cada disciplina deve ensinar e no ano letivo determinado para a idade cognitiva e, portanto, para a melhor compreensão por parte dos estudantes. Desse modo, é pertinente que favoreça as peculiaridades de cada comunidade institucional e para cada ano da escolaridade formal, desde a educação infantil até o ensino médio.

Na educação indígena, em especial, há que se promover a interculturalidade no espaço escolar; afinal, o que se observa, é um plano de ensino (da instituição escolar em foco) sem articulação com a comunidade escolar, sobretudo quanto aos aspectos linguísticos e culturais. Em outras palavras, o PE de Ciências é direcionado à sociedade não indígena, isto é, da rede estadual de educação, sem levar em consideração costumes, ritos, mitos, idioma, história, religião da comunidade Kaingang da Aldeia Km 10, da TI Guarita.

Ressaltamos que o currículo escolar deveria ser, conforme defende Monte (2001, p. 66): um “[...] local de construção e difusão de conhecimentos linguísticos e culturais diversos”, onde haja o amálgama entre o conhecimento indígena e o não indígena, sem que o primeiro se sobressaia

sobre o segundo, ou seja, que se complementem. Apesar de serem conhecimentos distintos, não antagônicos, são pertinentes na aprendizagem de crianças, adolescentes e adultos da referida comunidade.

Ademais, corroboramos com Piovesana (2007, p. 102), quando assegura que a instituição escolar “não pode ser vista como o único lugar de aprendizagem”, pois por meio das relações sociais dos sujeitos da comunidade é que se efetiva a aprendizagem, sobretudo dos mais jovens com os mais velhos e destes com os mais jovens. E continua o autor: “[...] nas TI’s Kaingang, mesmo nas aldeias com maior número de índios, os princípios da educação não formal estão presentes através das ações de reciprocidade, integração social, respeito mútuo, [...] “envolvendo todos os sujeitos de todas as idades ‘num mundo de aprendizado coletivo” (PIOVESANA, 2007, p. 10). Em outras palavras, tais comunidades participam dos momentos de aprendizagem, que ocorrem a todo instante, a fim de que a cultura local, os costumes específicos, os mitos e a religiosidade permaneçam presentes na memória das novas gerações.

É importante esclarecer que na análise do PE da disciplina de Ciências Naturais, não foi possível observar conteúdos curriculares propriamente indígenas conforme consta no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Segundo Silveira (2012, p. 1), com a “redemocratização do Brasil, o indígena foi reconhecido como cidadão de direitos”. As legislações em âmbito nacional favorecem a integração dos povos indígenas com a comunidade considerada brasileira e, dentre elas, podemos relacionar a Constituição Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos artigos. 77 e 78 (BRASIL, 1996) como representação dos documentos de maiores avanços, tendo em vista que “[...] reconhecem aos indígenas o direito à diferença cultural através da criação de capítulos específicos e elegem a pluralidade cultural como um dos temas transversais” (SILVEIRA, 2012, p. 1).

Segundo nosso ponto de vista, o documento Plano de Ensino da referida escola deveria apresentar as especificidades do grupo indígena Kaingang, já que em cada instituição escolar, as disciplinas curriculares ou componentes curriculares desenvolvem o seu Plano de Ensino. Não encontramos na escola Gomerindo Jete Tehn Ribeiro diferenciação nos itens “competência” e “habilidades”, pois as determinações da Secretaria de Educação da rede estadual do Rio Grande do Sul não especificam as particularidades de cada região.

Outras similaridades com a rede pública dita “regular” são “os aspectos metodológicos e avaliativos” da disciplina de Ciências. Não se quer afirmar, com isso, que esteja incorreto. E não se pretende julgar o que é certo ou errado neste estudo, uma vez que não vivenciamos, no dia a dia, os problemas educacionais da referida instituição escolar. Ressalta-se, no entanto, a ausência de especificidades da educação Kaingang no referido Plano de Ensino de

Ciências para os anos finais do ensino fundamental. A exemplo do que está expresso no PPP, a avaliação deve ser emancipatória e contínua.

À GUIA DE CONCLUSÃO

“La reflexión intercultural implica una preocupación fundamental, que es la de imaginar una pedagogía apropiada a las sociedades multiculturales. La comunicación se construye entonces sobre la base del respeto de la diversidad cultural y nos permite desarrollar una percepción del mundo, como un lugar histórico a compartir entre todos los seres vivientes”.

(José Marín Gonzales, la perspectiva intercultural como base para imaginar una educación democrática para los pueblos autóctonos y para la sociedad multicultural en América Latina).

É um direito dos indígenas terem uma instituição escolar bilíngue tendo em vista que é fundamental para que os estudantes permaneçam frequentando a escola e, por conseguinte, complementando seus estudos na educação básica. Esta ideia está expressa nos artigos. 78 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, embora seja obrigatório para estudantes do ensino fundamental (BRASIL, 1996).

Há que se considerar a necessidade de crianças e jovens conhecerem a história de sua comunidade, de sua aldeia e de preservarem presente tal cultura, a fim de manterem os saberes amalgamados com o saber escolar. Defende-se um amálgama de conhecimentos, tanto o escolar (oficial) quanto o local (da comunidade), no que se refere ao idioma, aos costumes, aos ritos, às crenças, enfim, visando a manter viva a cultura do grupo indígena que, no da Terra Indígena, do Km 10, é o Kaingang. Além disso, destaca-se a necessidade de a escola ampliar sua escolaridade para o ensino médio, com o intuito de os estudantes não dependerem do deslocamento diário por vários quilômetros⁴ para completarem seus estudos básicos.

A escola é um espaço privilegiado para que os integrantes revalorizem a sua língua e seus costumes, para que não se percam com as novas gerações. Respeitar a cultura local e associá-la à nacional é, portanto, um grande desafio dos educadores desta instituição escolar analisada. Em contrapartida, uma escola mais próxima de casa contribuiria para minimizar a evasão ou complementar os estudos formais, até porque que há garantias legais de escolaridade pública e gratuita para crianças e jovens entre quatro e 17 anos de idade.

Defendemos que é fundamental que haja uma escola bilíngue, que valorize o direito à pluralidade cultural, visando a manter a cultura local e os costumes, uma vez que

⁴ Associado a isso, está relacionado o preconceito social que os sujeitos têm quando se tornam estudantes nas escolas não indígenas.

os jovens indígenas, paulatinamente e conforme entram em contato com a cultura dos não indígenas, vão perdendo o interesse em continuar com as tradições e ritos dos seus antepassados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 mar. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 13/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jun. 2012. Seção 1, p. 18.

CERQUEIRA, L. M. L. de. Educação escolar indígena: PPP Fulni-ô, gestão escolar e prática de bilinguismo. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS, PRÁTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO – GESTÃO ESCOLAR, PRÁTICAS EDUCATIVAS E CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2012, Recife. **Anais...** Recife, 2012. p. 1-11. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo03_38/Lidia%20Marcia%20Lima%20de%20Cerqueira%20Silveira_int_GT3.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2014.

CLAUDINO, Z. K. Educação Escolar indígena: Um sonho possível? In: BENVENUTI, J.; SANTOS, S. V. dos; MARQUES, T. B. I. (Org.). **Educação Indígena em Diálogo**. Série: Cadernos PROEJA II – Especialização – Rio Grande do Sul. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010. p. 27-84.

FREITAS, M. I.. Educação de Jovens e Adultos: Subsídios para construção de curso de técnicas agrícolas Kaingang. In: BERGAMASCHI, M. A.; VERZON, R. A. (Orgs.). **Pensando a Educação Kaingang**. Série: Cadernos PROEJA VII – Especialização – Rio Grande do Sul). Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010. p. 49-70.

LANGDON, E. J. M. Medicina tradicional: reflexões antropológicas sobre atenção diferenciada. In: HAVERROTH, M. (Org.). **Etnobiologia e Saúde de povos Indígenas**. Recife/Florianópolis: NUPEEA/INCT, 2013. p. 15-35.

LUCKMANN, S. **Reflexões sobre bilinguismo, autonomia, interculturalidade e territorialidade na educação escolar indígena: um olhar sobre a trajetória missionária indigenista da IECLB e COMIN**. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) –

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2008. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1862/Sandro%20Luckmann.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 maio 2014.

MARIN GONZÁLES, J. La perspectiva intercultural como base para imaginar una educación democrática para los pueblos autóctonos y para la sociedad multicultural en América Latina. In: RICHARDSON, R. J. (Org.). **Exclusão Social e Práticas Inclusivas: Estudos de Casos da América Latina e Europa**. João Pessoa: Editora Universidade da UFPB, 2012. p. 163-204.

MONTE, N. L. Texto para o currículo escolar indígena. In: SILVA, A. L. da; FERREIRA, M. K. L. (Orgs.). **Práticas Pedagógicas na Escola Indígena**. Série Antropologia e Educação. São Paulo: Global, 2001. p. 47-83.

PORTAL KAINGANG, 2015. < http://www.portalkaingang.org/index_guarita.htm#>.

PIOVESANA, L. A educação no contexto indígena Kaingang. In: NACKE, A.; RENK, A.; PIOVESANA, L.; BLOEMER, N. M. S. (Orgs.). **Os Kaingang no Oeste Catarinense: Tradição e atualidade**. Coleção Debates. Chapecó: Argos, 2007. p. 101-122.

RIBEIRO, Z. **Caracterização e uso de recursos vegetais para o artesanato kaingang na Terra Indígena de Guarita, município de Tenente Portela – RS**. 2010. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Departamento de Estudos Agrários, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/644/TCC_2_Zico_pronto%2bcarbo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 maio 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. 21ª Coordenadoria Regional de Educação. Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jete Tehn Ribeiro. **Projeto Político-Pedagógico**, 2007.

SILVEIRA, L. M. L. de C. Educação escolar indígena: PPP Fulni-ö, gestão escolar e prática de bilinguismo. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo03_38/Lidia%20Marcia%20Lima%20de%20Cerqueira%20Silveira_int_GT3.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

VEIGA, I. P. A. Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político-Pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de (Org.). **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico 16. ed. Campinas: Papyrus, 2011. p. 9-32.